

de 21 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 341/2007, de 12 de outubro.

4 — O presente despacho produz efeitos desde o dia 26 de novembro de 2015, considerando-se ratificados, nos termos do artigo 164.º do Código do Procedimento Administrativo, todos os atos que, no âmbito dos poderes ora delegados, tenham sido praticados pelo diretor-geral do Ensino Superior.

15 de fevereiro de 2016. — O Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, *Manuel Frederico Tojal de Valsassina Heitor*.
209475424

Despacho n.º 4704/2016

Ao abrigo das disposições conjugadas do n.º 1 do artigo 8.º e dos n.ºs 1 e 3 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 251-A/2015, de 17 de dezembro, que aprova a orgânica do XXI Governo Constitucional, dos artigos 44.º a 50.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, do n.º 1 do artigo 9.º do Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Central, Regional e Local do Estado, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, e do artigo 10.º da Lei n.º 11/2008, de 20 de fevereiro, por força do n.º 3 do artigo 31.º da Lei n.º 4/2009, de 29 de janeiro, determino o seguinte:

1 — Delego no secretário-geral da Educação e Ciência, mestre Antónnio Raúl da Costa Tórreres Capaz Coelho, com a faculdade de subdelegação, a competência para a prática de todos os atos necessários à instrução e atribuição dos pedidos apresentados no âmbito de eventualidade de desemprego pelos trabalhadores integrados no regime da proteção social convergente vinculados às instituições de ensino superior públicas.

2 — O presente despacho produz efeitos desde o dia 26 de novembro de 2015, considerando-se ratificados, nos termos do artigo 164.º do Código do Procedimento Administrativo, todos os atos que, no âmbito dos poderes ora delegados, tenham sido praticados pelo secretário-geral da Educação e Ciência.

15 de fevereiro de 2016. — O Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, *Manuel Frederico Tojal de Valsassina Heitor*.
209475449

Gabinete da Secretária de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Despacho n.º 4705/2016

1 — Ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo para exercer as funções de Técnico Especialista no meu Gabinete Paulo Jorge Tavares Soares.

2 — Para efeitos do disposto na alínea d) do já referido Decreto-Lei, o designado desempenhará funções na área de apoio à implementação de sistemas digitais de ciência.

3 — O ora designado assegurará as suas funções em regime de tempo parcial, pelo que auferirá a remuneração mensal correspondente a 50 % da remuneração devida para os adjuntos.

4 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do referido Decreto-Lei, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos a 9 de março de 2016.

5 — Conforme o disposto nos artigos 12.º e 18.º do supracitado Decreto-Lei, publique-se na 2.ª série do *Diário da República* e publicite-se na página eletrónica do Governo.

22 de março de 2016. — A Secretária de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, *Maria Fernanda Fernandes Garcia Rollo*.

Nota curricular

Nome: Paulo Jorge Tavares Soares.
Data de Nascimento: 22 de agosto de 1967.
Naturalidade: Caldas da Rainha.
Habilitações Literárias

Frequência da Licenciatura de Matemática Aplicada — Ramo de Computação na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

Percurso Profissional

Inicia o seu percurso profissional em Tecnologias de Informação em 1985 no Cencal (Centro de Formação — Caldas da Rainha) onde estabelece a primeira rede microinformática, suporta os serviços internos e contribui diretamente para a construção do primeiro centro de

CAD/CAM para a indústria cerâmica. Com o ingresso em Matemática Aplicada — ramo de computação da Universidade de Lisboa que frequentou, também assume a gestão da rede informática do DEIO, assim como participa noutros projetos de investigação do departamento. Realizou várias formações profissionais específicas, tais como o primeiro curso de formação de formadores do CISAI, de formadores avançados em CAD/CAM (CINFU), especialização em DUCT e VAX/VMS. No Centro de CAD/CAM, desenvolve um primeiro protótipo de mapeamento de imagens 2D a superfícies 3D, e presta formação de nível avançado.

Desenvolve consultoria, direção e desenvolvimento de uma miríade de projetos na área de Tecnologias de Informação, sendo de destaque: infografia nas Presidenciais da RTP (1991); quiosque de edutainment em 3D para a EDP; CD ROM “Azolla, Um Projecto de Cooperação” — FUL/JNICT/FCG; gestão integrada de Programas e Projectos Científicos — FCT; integração de *e-commerce* no portal do BCP/Sabadel; *e-forms* — candidaturas *online* EQUAL (FSE) e DGA (Inst. Ambiente); estudo, acompanhamento e consultoria na instalação da Secretaria Geral do MCEs (2002); gestão de iniciativas para a Assembleia Legislativa Regional dos Açores; sistemas de apoio a propostas — Alcatel Portugal.

Foi ainda formador em vários cursos de T.I. tendo como clientes principais Embaixada de Angola e Prológica. De 2009 a 2011 foi consultor para a área de Tecnologias de Informação na Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República, onde contribuiu para as inovações e desenvolvimentos de sistemas interativos das exposições e dos cerca de três dezenas de espaços *web* desenvolvidos. Desde 2015 que assume o desenvolvimento técnico do ROSSIO — infraestrutura de investigação de interesse estratégico para as Ciências Sociais, Humanidades e Artes da FCSH-UNL.

209477069

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR E EDUCAÇÃO

Inspeção-Geral da Educação e Ciência

Despacho n.º 4706/2016

Por meu Despacho, de 14 de maio de 2015, foi autorizada a abertura do procedimento concursal destinado à seleção para provimento no cargo de direção intermédia de 1.º grau — Diretor de Serviços Jurídicos, desta Inspeção-Geral.

Nos termos do n.º 2, do artigo 21.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação dada pela Lei n.º 64/2011 de 22 de dezembro, a oferta de emprego foi publicitada através do Aviso n.º 11452/2015, de 25 de setembro, publicado no *Diário da República* n.º 195, 2.ª série, de 06 de outubro de 2015, e na Bolsa de Emprego Público, com o Código n.º OE2015/0155, de 06 de outubro de 2015.

Tendo em conta os fundamentos constantes do procedimento, e considerando os conhecimentos e experiência profissional demonstrados para o exercício do cargo em apreço, conforme evidenciado em nota curricular anexa, deliberou o júri propor a nomeação da candidata, Ana Sofia Corte Real Alves da Costa, para o cargo de direção intermédia do 1.º grau, Diretora de Serviços Jurídicos.

Nestes termos, atento ao disposto nos n.ºs 8 e 9, do artigo 21.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação dada pela Lei n.º 64/2011 de 22 de dezembro, nomeio, em comissão de serviço por três anos, renovável por iguais períodos de tempo, para o cargo de Diretora de Serviços Jurídicos, *Ana Sofia Corte Real Alves da Costa*, inspetora do mapa de pessoal da Inspeção Geral da Educação e Ciência.

O presente despacho produz efeitos a 01 de abril de 2016

30 de março de 2016. — O Inspetor-Geral, *Luis Capela*.

Síntese Curricular

Nome: Ana Sofia Corte Real Alves da Costa
Data de Nascimento: 07 de março de 1974.
Nacionalidade: Portuguesa
Educação e Formação:

Mestrado em Administração Pública pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE-IUL), em dezembro de 2015.

Licenciatura em Direito, na variante de Ciências Jurídico-Económicas, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 1997.

Curso de Pós-graduação em Estudos Europeus pelo Instituto Europeu da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 1999.

Curso de Especialização em Políticas Públicas, pelo INA — Instituto Nacional de Administração, em 2013.